



b) IPSS

**ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA  
“AMIGOS DE TERRUGEM”**

**Anexo**

**CONTAS DE GERÊNCIA  
2022**

31 de Dezembro de 2022



<b>Índice</b>	<b>Pag.</b>
1 Identificação da Entidade .....	4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3 Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1 Bases de Apresentação.....	5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
5 Activos Fixos Tangíveis.....	11
6 Activos Intangíveis .....	13
7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira .....	13
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
9 Inventários .....	14
10 Rédito.....	14
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	15
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	15
14 Imposto sobre o Rendimento .....	15
15 Benefícios dos empregados.....	15
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
17 Outras Informações .....	16
17.1 Investimentos Financeiros .....	17
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	17
17.3 Clientes e Utentes.....	17
17.4 Outras contas a receber.....	20
17.5 Diferimentos .....	20
17.6 Outros Activos Financeiros .....	20
17.7 Caixa e Depósitos Bancários .....	21
17.8 Fundos Patrimoniais .....	21
17.9 Fornecedores .....	21
17.10 Estado e Outros Entes Públicos .....	21
17.11 Outras Contas a Pagar .....	22
17.12 Outros Passivos Financeiros .....	23
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração .....	23
17.14 Fornecimentos e serviços externos .....	23
17.15 Outros rendimentos e ganhos .....	23

17.16 Outros gastos e perdas .....	24
17.17 Resultados Financeiros .....	24
17.18 Análise Económica e Financeira.....	25
17.19 Acontecimentos após data de Balanço.....	27

## 1 Identificação da Entidade

---

### 1.1 – Designação da Entidade:

A.B.A.T. - Associação Beneficência “Amigos de Terrugem”

Bairro Stº António - Rua das Laranjeiras

7350-491 Terrugem

NIF: 500943826

### 1.2 – Natureza da Actividade:

A “ASSOCIAÇÃO BENEFICÊNCIA "AMIGOS DE TERRUGEM"” é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social” com Estatutos publicados no Diário da República n.º 185, Série III, em 12-08-1982, alterado ao abrigo do Dec-Lei nº 172-A/2014 de 14 de Novembro, com sede em Bairro St. António, Rua das Laranjeiras. Tem como actividade principal o alojamento de idosos e outras prestações sociais a idosos e crianças sem alojamento, para que possa prosseguir os seus objectivos:

- Contribuir e dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- Promoção de assistência social, moral e económica a pessoas necessitadas;
- Assistência a crianças e pessoas da terceira idade.

Secundariamente a A.B.A.T. desenvolve os seguintes objectivos:

- Promoção da cultura física e desportos;
- Promoção da cultura intelectual e inerentes de atividades culturais e recreativas.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015, de 29 de Julho.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa é divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, à excepção do edifício sede e respectivo terreno que, por decisão da Administração foram sujeitos a reavaliação em 2016.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, de acordo com o seu valor patrimonial tributário (VPT).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Edifícios e outras construções	6 a 20
Equipamento básico	4 a 20
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	1 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados ao justo valor.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

### **3.2.3 Activos Intangíveis**

Não se verificam quaisquer investimentos nesta rubrica.

### 3.2.4 Investimentos em Curso

Não se verificam quaisquer Investimentos em Curso no final do Exercício de 2022.

### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos Inventários inclui todos os custos de compra, custo de conservação e outros custos incorridos para colocar os Inventários no seu local e condição actual. Outros custos somente são incluídos nos custos dos Inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e condição actuais.

A Entidade adoptou como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

#### Associados

O montante de 4.269,86 € registado na conta “278146” corresponde a quotas cobradas pelo cobrador mas não entregues na Instituição. O referido montante decompõe-se da seguinte forma:

ANO	2011	Juros
Valor	3.260,17	1.009,69
SUB-TOTAL	3.260,17	1.009,69
<b>TOTAL</b>	<b>4.269,86</b>	

A conta “2641” reflecte o saldo das quotas dos associados por cobrar à data de 31 de Dezembro de 2022, no montante de **188,00 €**.

#### Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido:

Designação	Saldo	OBS.
Utentes	6.774,47	
Adiantamentos ao Pessoal	21,00	
Autoridade Tributária	2.400,00	Consignação IVA/IRS 2021
<b>TOTAL</b>	<b>9.195,47</b>	

O valor correspondente aos adiantamentos ao pessoal corresponde a pagamentos em excesso de uma diuturnidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista nos § 17.13 e 17.14 da NCRF-ESNL.

#### Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas “Caixa e Depósitos Bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal:

Designação	Saldo	OBS.
<b>Fornecedores</b>	<b>37.728,38</b>	
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>35.730,35</b>	
T.S.U.	18.445,10	
I.R.S.	3.148,38	
F.C.T./F.G.C.T. (Fundos Compensação Trabalho)	136,51	
Processo de Execução (TSU) CDSS de Portalegre	14.000,36	
<b>Credores por Acréscimos Gastos</b>	<b>41.817,19</b>	
Remunerações a Pagar e respectivos encargos	39.711,99	
E.D.P., Comercial, S.A.	2.105,20	
<b>TOTAL</b>	<b>115.275,92</b>	

O Processo de Execução instaurado pelo CDSS de Portalegre deveu-se ao facto da Instituição ter ficado sem liquidez para poder efectuar o pagamento da TSU, referente à Entidade Patronal, dos meses de Dezembro 2020 e Maio e Junho de 2021.

### 3.2.7 Diferimentos

O Saldo desta rubrica, no montante 1.615,03 €, corresponde à estimativa dos gastos com seguros de viaturas (788,65 €), Outros diversos (Seguro Acidente de Trabalho TPCO), no valor de 662,69 € que irão ser reconhecidos em 2023 pelo custo histórico e 163,69 referentes aos juros e custas processuais inerentes ao Processo de regularização de dívida com o CDSS de Portalegre (TSU).

### 3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

DESIGNAÇÃO	VALOR	Obs.
<b>Fundos</b>	<b>224.459,05</b>	Edifício Sede e Praça Touros
Resultados Transitados de Anos anteriores	-949.836,10	
Resultados Transitados-Transferência POC/SNC	0,00	
Resultados Transitados - Excedentes de Revalorização	720.259,19	Praça de Touros
Resultados Transitados-Correções relativas Exerc. anteriores	-3.667,38	
Redução do Excedente de Revalorização (Edif. Sede)	878.057,24	
Redução do Excedente de Revalorização (Terreno)	90.000,00	
<b>Total de Resultados Transitados</b>	<b>734.812,95</b>	
Reavaliação do Edifício Sede	0,00	
Reavaliação do Edifício Sede (Impostos Diferidos)	0,00	
<b>Total de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>0,00</b>	
<b>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</b>	<b>0,00</b>	
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>7.842,79</b>	
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>	<b>967.114,79</b>	

### 3.2.9 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. À data de 31-12-2022, a Instituição apresenta o montante global em dívida de **12.751,44 €**, referente aos seguintes empréstimos:

Contraídos no Novo Banco:

- Aquisição de uma UPAC (Unidade de Produção e Auto Consumo de Energia Eléctrica) cujo montante em dívida é de 11.505,91 €;

Contraídos no RCI Banque:

-Aquisição de uma viatura para a SAD, marca Dácia Work Edition dCi 75, cujo montante em dívida é de 1.245,53 €.

Os “Encargos Financeiros” com estas operações ascenderam ao montante de 1.047,96 € e foram reconhecidos como gastos do período constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

Salientamos que o empréstimo referente à construção do 1º PISO - ERPI, foi totalmente amortizado em Novembro de 2022. Recorde-se que este empréstimo foi contraído em 2008, pelo período de 15 anos, no valor de 300.000,00 €.

### **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto:

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Deste modo, nos termos da alínea b) do preceito legal acima referido, a Instituição não terá de reconhecer qualquer imposto sobre o rendimento a pagar.

## **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## **5 Activos Fixos Tangíveis**

---

Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

Por decisão da Administração procedeu-se á reavaliação do edifício sede da Instituição no ano de 2016. Deste modo, nos termos da NCRF 7 (Ativos Fixos Tangíveis) por remissão do § 7.11 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo e com base no Relatório de Avaliação, produzido pela empresa Rodrigues Sequeira, Engenharia, Lda. em 19 de Março de 2016, a reavaliação foi reconhecida da seguinte forma:

PROCEDIMENTO DE REAVALIAÇÃO (DEPRECIACÕES ATÉ MARÇO DE 2016-DATA DA REAVALIAÇÃO)						
DESIGNAÇÃO CONFORME INVENTÁRIO DE INVESTIMENTOS	VALORES AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR DA AVALIAÇÃO	EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO	IMPOSTO DIFERIDO
Terreno	- €	- €	- €	90.000,00 €	90.000,00 €	- €
Edifício Sede	725.410,84 €	245.819,75 €	479.591,09 €	1.600.000,00 €	1.120.408,91 €	235.285,87 €
<b>TOTAIS</b>	<b>725.410,84 €</b>	<b>245.819,75 €</b>	<b>479.591,09 €</b>	<b>1.690.000,00 €</b>	<b>1.210.408,91 €</b>	<b>235.285,87 €</b>

Assim, no período de 2022 ocorreram os seguintes movimentos nos “Activos Fixos Tangíveis e Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural”:

Descrição	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	872.342,00	872.342,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	91995,99	1995,99	90.000,00	91995,99	1995,99	90.000,00
Edifícios Outras Construções	1798.428,83	1786.522,00	11906,83	1798.428,83	1787.698,21	10.730,62
Equipamento Básico	344.143,87	280.538,58	63.605,29	337.857,96	283.164,00	54.693,96
Equipamento de Transporte	129.057,70	125.325,05	3.732,65	129.057,70	128.311,17	746,53
Equipamento Administrativo	13.576,71	13.015,81	560,90	14.326,71	13.451,25	875,46
<b>TOTAL</b>	<b>3.249.544,30</b>	<b>2.207.396,63</b>	<b>1.042.147,67</b>	<b>3.244.008,39</b>	<b>2.214.619,82</b>	<b>1.029.388,57</b>

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações Abates	Correcção de Depreciações (Exercícios Anteriores)	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Quantia escriturada Final
Bens Património Art. Cultural	872.342,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	872.342,00
Terrenos e Recursos Naturais	90.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	90.000,00
Edifícios e Outras Construções	11.906,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176,21	0,00	0,00	10.730,62
Equipamento Básico	63.605,30	4.680,05	0,00	10.965,96	10.965,96	13.591,38	0,00	0,00	54.693,97
Equipamento de Transporte	3.732,64	0,00	0,00	0,00		2.986,12	0,00	0,00	746,52
Equipamento Administrativo	560,90	1.027,31	0,00	277,31	-37,83	397,61	0,00	0,00	875,46
<b>TOTAL</b>	<b>1.042.147,67</b>	<b>5.707,36</b>	<b>0,00</b>	<b>11.243,27</b>	<b>10.928,13</b>	<b>18.151,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.029.388,57</b>

As variações ocorridas ao nível desta classe foram as seguintes:

- Equipamento básico: Aquisição de 12 Cadeiras RELAX Manual com Rodas e um exaustor fumos para a Cozinha.
- Equipamento Administrativo: Aquisição de um Computador para o Gabinete Médico.

## 6 Activos Intangíveis

### Activos Intangíveis

Não se verificou qualquer movimento nesta classe.

## 7 Investimentos em Curso e Bens em Regime de Locação Financeira

A Entidade não possui à data de 31-12-2022 qualquer Investimento em Curso ou Bens em Regime de Locação Financeira.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, o seu detalhe encontra-se descrito no ponto 17.17 deste Anexo.

O quadro abaixo reflecte o custo amortizado dos Financiamentos obtidos:

1º - À data de 31/12/2022, cujo montante inicial era de 42.000,00 €, contraído em Setembro de 2017 com uma taxa de juro correspondente à Euribor a 12 meses acrescida de um Spread de 3,25 %. A maturidade deste financiamento é de 84 meses.

3º - À data de 31/12/2022, cujo montante inicial era de 10.944,49 €, contraído em 16 de Maio de 2019 com uma TAEG de 8,1 %. A maturidade deste financiamento é de 48 meses.

Descrição	2022		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	12.751,44	12.751,44
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			
Contas Bancárias de Factoring			
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>12.751,44</b>	<b>12.751,44</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores, mensurados ao custo histórico:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00	0,00	0,00	5.180,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.375,01	159.305,59	5.403,92	12.392,26	180.431,94	4.466,73	17.848,50
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>21.555,01</b>	<b>159.305,59</b>	<b>5.403,92</b>	<b>17.572,26</b>	<b>180.431,94</b>	<b>4.466,73</b>	<b>23.028,50</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>157.884,42</b>			<b>170.508,97</b>
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

As reclassificações e regularizações, no montante de 4.466,73 €, ocorridas durante o exercício dizem respeito a:

- Devoluções de compras (857,73 €);
- Descontos e abatimentos em compras (3.484,17 €);
- Regularização de Inventário (124,83 €).

O seu Custo inclui todos os Custos de Compra e outros para os colocar no seu local e condições actuais.

## 10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2022
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas dos utilizadores	358.841,39	371.270,10
Quotizações e jóias	8.226,00	8.337,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>367.067,39</b>	<b>379.607,10</b>
Juros	97,77	83,72
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>367.165,16</b>	<b>379.690,82</b>

A diferença de 12.428,71 € na rubrica Quotas e utilizadores ou seja participações de utentes, deveu-se ao aumento das participações do Estado para fazer face à inflação.

#### 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

##### Provisões

No período de 2022, não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

#### 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021, a Entidade tinha o seguinte saldo na rubrica de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2022
Subsídios PIDDAC	0,00	0,00
Subsídios FEDER	0,00	0,00
Subsídios C.M. Elvas	0,00	0,00
Subsídios PRODER	959,87	0,00
Subsídio programa Adaptar Social +	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>959,87</b>	<b>0,00</b>

Relativamente a 2022 não existem quaisquer apoios desta natureza.

#### 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

No ano de 2022 não ocorreram quaisquer movimentos relacionados com este item.

#### 14 Imposto sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta nos termos do art.º 10º do Código do IRC.

#### 15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, no período de 2022 foram respectivamente:

Mesa da Assembleia Geral: 3

Direcção Administrativa: 5

Conselho Fiscal: 3

Os Órgãos Directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2022 foi de 35.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	367.155,25	392.731,91
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	82.283,40	86.130,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.578,03	3.264,12
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	445,09	1.854,88
<b>Total</b>	<b>454.461,77</b>	<b>483.981,73</b>

O aumento verificado com os gastos com pessoal deveu-se fundamentalmente á reorganização das Categorias profissionais dos funcionários e respectiva actualização salarial, dando-se assim cumprimento ao Contrato Colectivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego subscrito entre a CNIS e Sindicatos.

#### 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta uma dívida ao Instituto da Segurança Social, cujo valor inicial era de 21.712,89 €, divida essa que se encontra regularizada por via de um PP (Plano Prestacional) de 48 prestações mensais estando à data de 31 de Dezembro de 2022 no valor de 14.000,36 €.

#### 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

No ano de 2022 a rubrica de Investimentos Financeiros apresenta o valor de 2.382,47 €, mensurado ao custo histórico de acordo com o seguinte quadro:

Designação	2021	2022
Fundo Compensação do Trabalho	2.059,08	2.688,67
Fundo Reestruturação do Sector Solidário	323,39	323,39
<b>TOTAL</b>	<b>2.382,47</b>	<b>3.012,06</b>

### 17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

À data de 31 de dezembro de 2022 encontra-se reconhecida a quantia de 188,00 € (conta 2641) referentes a quotas de associados não cobradas.

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	<b>4.497,03</b>	<b>6.774,47</b>
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.497,03</b>	<b>6.774,47</b>

A rubrica Clientes e Utentes conta corrente encontra-se discriminada conforme quadros abaixo:

## INFÂNCIA

<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: CRECHE</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
1 - 12125	XXXXXX	230,00
1 - 12136	XXXXXX	57,42
1 - 12144	XXXXXX	108,00
<b>Subtotal.....</b>		<b>395,42</b>
<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: JARDIM INFÂNCIA</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
1 - 13225	XXXXXX	126,00
<b>Subtotal.....</b>		<b>126,00</b>
<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: C.A.T.L.</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
1 - 14145	XXXXXX	180,00
<b>Subtotal.....</b>		<b>180,00</b>
<b>TOTAL INFÂNCIA.....</b>		<b>701,42</b>

**IDOSOS**

<b>E.R.P.I.</b>		
<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: E.R.P.I.</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
2 - 41089	XXXXXXXX	578,82
2 - 41147	XXXXXXXX	860,20
2 - 41133	XXXXXXXX	15,70
<b>Subtotal.....</b>		<b>1.454,72</b>
<b>TOTAL E.R.P.I.....</b>		<b>1.454,72</b>

<b>CENTRO DE DIA</b>		
<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: CENTRO DE DIA</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
2 - 42344	XXXXXXXX	218,67
2 - 42371	XXXXXXXX	478,02
<b>Subtotal.....</b>		<b>696,69</b>
<b>TOTAL CENTRO DE DIA.....</b>		<b>696,69</b>

<b>S.A.D.</b>		
<b>CÓDIGO/VALÊNCIA: AD</b>	<b>UTENTE</b>	<b>VALOR</b>
2 - 43257	XXXXXXXX	386,14
2 - 43254	XXXXXXXX	44,30
2 - 43253	XXXXXXXX	74,05
2 - 43251	XXXXXXXX	408,40
2 - 43246	XXXXXXXX	428,49
2 - 43234	XXXXXXXX	338,21
2 - 43250	XXXXXXXX	72,00
2 - 43159	XXXXXXXX	32,00
2 - 43249	XXXXXXXX	44,00
2 - 43252	XXXXXXXX	74,05
2 - 43258	XXXXXXXX	90,00
2 - 43245	XXXXXXXX	1.560,00
2 - 43247	XXXXXXXX	370,00
<b>Subtotal.....</b>		<b>3.921,64</b>
<b>TOTAL S.A.D.....</b>		<b>3.921,64</b>

<b>TOTAL IDOSOS.....</b>	<b>6.073,05</b>
--------------------------	-----------------

<b>TOTAL (INFANCIA+IDOSOS) .....</b>	<b>6.774,47</b>
--------------------------------------	-----------------

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos	<b>2.388,87</b>	<b>2.421,00</b>
A.T. (Consignação IRS e Reembolso IVA)	2.388,87	2.400,00
Outras operações (Adiantamentos ao pessoal)	<b>245,12</b>	<b>21,00</b>
Outros Devedores	<b>10.788,29</b>	<b>21.082,93</b>
Cobrador (Capital e Juros)	4.986,14	4.269,86
E.D.P.	233,50	118,38
I.E.F.P.	0,00	13.210,52
Fidelidade	568,65	0,00
Repsol	5.000,00	3.484,17
<b>Total</b>	<b>13.422,28</b>	<b>23.503,93</b>

O valor a receber da Repsol corresponde a um crédito que nos é concedido sempre que se atingem as 12 toneladas de consumo de Gás.

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica encontra-se detalhada da seguinte forma:

Descrição	2021		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Gastos a Reconhecer</b>		<b>3.177,90</b>		<b>1.615,03</b>
Seguro de Viaturas		920,93		788,65
<b>Outros, diversos</b>		<b>2.256,97</b>		<b>826,38</b>
Seguro Acidentes Pessoais		21,32		0,00
Seguro Multiriscos		426,66		0,00
Seguro Acidentes de Trabalho		1.365,17		662,69
ISS, IP. (juros e Custas)		443,82		163,69
<b>Total</b>		<b>3.177,90</b>		<b>1.615,03</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		<b>0,00</b>		<b>14.830,39</b>
I.E.F.P.		0,00		14.830,39
Apoio CEI e CEI+		0,00		14.830,39
<b>Total</b>		<b>0,00</b>		<b>14.830,39</b>

Gastos a Reconhecer até 31 de Dezembro de 2023.

Quanto aos rendimentos a reconhecer, o valor apresentado corresponde ao apoio obtido junto do IEFP – Centro de Emprego de Elvas para a contratação de pessoal.

#### 17.6 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022, não apresenta qualquer valor.

### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2022
Caixa	9.233,91	7.121,68
Depósitos à ordem	16.003,82	14.188,78
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>25.237,73</b>	<b>21.310,46</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	224.459,05	0,00	0,00	224.459,05
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1.034.428,06	0,00	299.615,11	734.812,95
Excedentes de revalorização (Reav. Livre)	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de Revalorização (Imp. Diferidos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.258.887,11</b>	<b>0,00</b>	<b>299.615,11</b>	<b>959.272,00</b>

A diminuição verificada na rubrica de Resultados Transitados corresponde aos seguintes factos ocorridos:

1. Correção relativa ao exercício anterior no montante 193.44 €.
2. Transferência do RLE de 2021 no montante de 299.421,67 €.

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Fornecedores c/c	32.953,34	37.728,38
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32.953,34</b>	<b>37.728,38</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.091,31	1.446,70
Rendimentos de Capitais	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.091,31</b>	<b>1.446,70</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.414,00	2.904,00
Rendimentos Trabalho Independente	43,75	244,38
Segurança Social	15.894,61	18.445,10
FCT e FGCT	131,46	136,51
Penhora de Vencimentos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>18.483,82</b>	<b>21.729,99</b>

A rubrica IVA constante do **Activo** no montante de 1.446,70 € refere-se ao imposto suportado nas aquisições de géneros alimentícios cujo reembolso é solicitado até um ano após a data da factura da compra.

#### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>		<b>35.021,30</b>		<b>42.112,37</b>
<b>Pessoal</b>		<b>32.206,47</b>		<b>39.711,99</b>
Remunerações a pagar		26.667,33		32.469,74
Encargos com remunerações		5.539,15		7.242,25
<b>Outras Despesas Diferidas</b>		<b>2.814,82</b>		<b>2.400,38</b>
E.D.P. Comercial, SA		2.611,83		2.105,20
CESP - Sindicato		202,99		295,18
<b>Outros credores</b>		0,00		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>35.021,30</b>		<b>42.112,37</b>

O montante de 39.711,99 €, corresponde ao reconhecimento do Subsídio de Férias e retroactivos (Actualização do CCT), a pagar aos funcionários e respectivos encargos para a Segurança Social, referentes a 2022, que serão pagos em 2023.

O montante de 2.105,20 € referente à EDP, Comercial S.A., representa a estimativa referente ao gasto proporcional de electricidade do período compreendido entre 06/12/2022 e 31/12/2022.

O montante de 295,18 € refere-se à verba a pagar ao Sindicato dos funcionários (CESP), devido a quotas que lhes foram cobradas no mês de dezembro de 2022.

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022, não apresenta qualquer valor.

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	<b>297.693,37</b>	<b>368.012,87</b>
C.D.S.S.S. de Portalegre	294.011,77	356.333,10
ISS, IP – Programa Adaptar Social +	3.181,60	0,00
U.F.T.V.B.	500,00	350,00
Município de Elvas	0,00	6.000,00
I.E.F.P., IP	0,00	4.041,77
I.A.P.M.E.I.,IP	0,00	1.288,00
Doações e heranças	<b>4.613,79</b>	<b>4.658,57</b>
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>302.307,16</b>	<b>372.671,44</b>

Os subsídios pelo IEF, IP e IAPMEI, IP correspondem aos processos CEI/CEI+ e à compensação pelo Salário Mínimo Nacional, respectivamente.

As “Doações e heranças” dizem respeito aos donativos concedidos à Instituição.

### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2021	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	29.486,01	39.081,28
Materiais	21.166,79	10.265,30
Energia e fluidos	32.102,00	29.640,73
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	6.951,80	8.851,14
<b>Total</b>	<b>89.706,60</b>	<b>87.838,45</b>

O aumento verificado na rubrica serviços especializados está directamente relacionada com a contratação do Dr. Xavier Ferreira e com as constantes avarias em diversos equipamentos.

O decréscimo na Rubrica de Materiais deveu-se à redução significativa dos gastos relacionados com a compra de material diverso para combate ao Covid19.

No que á Energia e Fluidos diz respeito, a diminuição verificada de 2.461,27 €, deve-se fundamentalmente à poupança alavancada pelo sistema de produção de energia UPAC

associado à utilização eficiente da Lavandaria que deixou de funcionar de noite para aproveitamento dessa mesma energia.

O acréscimo na rubrica Serviços Diversos deve-se ao aumento pouco significativo no valor das comunicações e significativo no seguro automóvel, sendo que as diversas Apólices foram renegociadas com outra Companhia, facto que se reflectirá no exercício de 2023.

### 17.15 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>5.830,88</b>	<b>17.977,75</b>
Rendimentos Suplementares	711,81	14.399,54
Aluguer de Equipamento	0,00	2.500,00
Aluguer da Praça de Touros	0,00	2.500,00
Outros Rendimentos Suplementares	711,81	11.899,54
Energia eléctrica	711,81	1.222,63
Estorno de Seguro	0,00	290,34
Festas e Outros Eventos	0,00	10.386,57
Outros	4.159,20	3.578,21
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	198,76
Restituição de IVA	1.861,26	1.079,45
Consignação IRS	2.297,94	2.300,00
<b>Subtotal</b>	<b>4.871,01</b>	<b>17.977,75</b>
Subsídios PRODER (Imputação dos Subsídios ao Investimento nos termos do Capítulo 14 da NCRF-ESNL)	959,87	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>959,87</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.830,88</b>
		<b>17.977,75</b>

### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Imposto de Selo	76,19	57,41
Dívidas incobráveis	260,00	257,00
Taxas	0,00	30,00
Outros Gastos (Quotizações)	348,00	344,00
Outros não especificados	34,05	280,38
<b>Total</b>	<b>718,24</b>	<b>968,79</b>

O valor referente às dívidas incobráveis diz respeito às quotas não cobradas dos associados que renunciaram ou faleceram.

Os “Outros Gastos” referem-se às quotizações pagas à UDIPSS Portalegre - 320,00 € e BVE 24,00 €.

Os Outros não especificados dizem respeito a encargos relacionados com o processo de dívida á Segurança Social.

### 17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2022
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1.878,67	1.047,96
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.878,67</b>	<b>1.047,96</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	97,77	83,72
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>97,77</b>	<b>83,72</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1.780,90</b>	<b>-964,24</b>

Os “Juros suportados” correspondem ao empréstimo referido na Nota 8 deste Anexo.

No que aos “Juros obtidos” diz respeito incluem os juros obtidos de “Outros devedores”.

### 17.18 Análise Económica e Financeira

Rácios Financeiros	2020	2021	2022
Autonomia Financeira $\frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Activo}}$	0,88	0,87	0,87
Fundo Maneio Patrimonial $\frac{\text{Activo Corrente} - \text{Passivo Corrente}}$	29.300,93 €	-21.028,95 €	-38.534,04 €
Liquidez Geral $\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	1,41	0,76	0,67
Liquidez Imediata $\frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$	0,64	0,30	0,19

A Autonomia Financeira representa o nível de independência financeira da Instituição perante os seus Credores. Trata-se de um indicador bastante importante para análise aquando do recurso, se necessário, ao crédito. Considerando-se que uma Autonomia Financeira bastante aceitável tem por base o índice de 0,20, verifica-se que ao longo do triénio em análise, esse indicador é claramente superior, significando portanto que em caso de necessidade, não existirão restrições de acesso ao crédito.

Considera-se que o equilíbrio financeiro é alcançado quando o Activo Corrente é superior ao Passivo Corrente, neste caso, a instituição já apresenta alguma dificuldade para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, apresentando um fundo de maneio negativo. Ainda que a redução tenha sido menos significativa face ao período anterior, continua a verificar-se uma dificuldade em honrar os compromissos de curto prazo devido fundamentalmente ao decréscimo das disponibilidades, “Caixa e Depósitos Bancários”.

Os Rácios de Liquidez medem a capacidade da Instituição solver os seus compromissos a curto prazo. Quanto maior for o indicador maior será a probabilidade de reembolsar o crédito obtido dos fornecedores e de outros credores a curto prazo. A Liquidez Geral indica a capacidade que a Instituição tem em fazer face aos débitos de curto prazo utilizando os montantes das disponibilidades, Clientes, utentes e Inventários. A Liquidez Imediata mede a capacidade de a Instituição solver os compromissos de curto prazo recorrendo somente às disponibilidades. A redução verificada entre 2021 e 2022 deve-se à quebra de 16 % na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”.

<b>Rácios Actividade</b>		<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Prazo Médio de Recebimentos</b>	$\frac{\text{Dividas de Terceiros} \times 365 \text{ dias}}{\text{Volume de Negócios}}$	42,50	39,27	30,39
<b>Prazo Médio de Pagamentos</b>	$\frac{\text{Fornecedores} \times 365 \text{ dias}}{\text{Compras} + \text{Fornecimentos e Serviços Externos}}$	33,04	47,28	51,50

Pela análise aos Rácios de Actividade verifica-se que a Instituição honra os seus compromissos num prazo superior ao Prazo Médio de Recebimentos, ou seja, recebe num prazo mais curto do que aquele que paga, regra elementar para a manutenção do Fundo de Maneio.

<b>Rácios Económicos</b>		<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Rendibilidade do Activo</b>	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Activo}}$	-0,15	-0,27	0,01
<b>Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais</b>	$\frac{\text{Resultado Líquido do Período}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$	-0,17	-0,32	0,01

A Rendibilidade do Activo, é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro sendo, portanto um bom indicador para medir a qualidade da gestão. Um resultado elevado significa que os activos da Instituição têm elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. O aumento verificado está directamente relacionada com o aumento no RLE (Resultado Líquido do Período) determinado principalmente pelo aumento do volume de negócios e dos subsídios à exploração principalmente os advindos do CDSSS de Portalegre.

A Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais representa a capacidade dos fundos patrimoniais da Instituição em gerar retorno financeiro. De outra forma, a Rendibilidade dos fundos patrimoniais procura avaliar a eficiência e capacidade de gestão da aplicabilidade dos fundos concedidos pelos *stakeholders* (Utentes, Associados e Segurança Social) em termos de produção de resultados financeiros. Assumindo que os fundos patrimoniais da Instituição representam a sua situação patrimonial líquida, isto é, o seu valor contabilístico, pode-se considerar a rendibilidade dos fundos patrimoniais como sendo a rendibilidade da própria Instituição. O aumento verificado neste exercício justifica-se pelo mesmo motivo atrás citado.

### **17.19 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

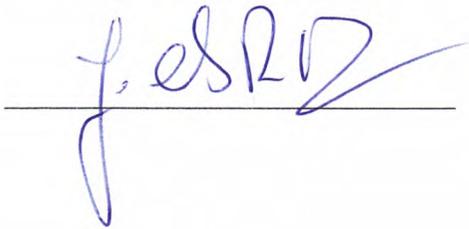
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direcção Administrativa em 20-03-2022.

Tendo por base a reavaliação da situação económica no país, o Governo Português tem determinado um conjunto de medidas extraordinárias para as IPSS, que têm por objetivo

combater a inflação. Apesar do conflito na Ucrânia tender a perpetuar-se e a economia continuar a revelar um estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis, consideramos que ainda estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Instituição, estando assegurados os compromissos financeiros, sem prejuízo obviamente da necessidade de um novo alinhamento estratégico tendente à captação de novos utentes e ou outros serviços complementares.

Terrugem, 20 de Março de 2022

O Contabilista Certificado



ISA Batacha  
Kuba Buiquete Assis  
H. Valente  
A Direcção  
Orelis Duarte  
Paula Marques

